



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**DEBATE PRESIDENCIAL**

**TEMA**

**“GARANTIR A SEGURANÇA E A DIGNIDADE DE CIVIS EM ZONAS DE  
CONFLITOS ARMADOS: SEGURANÇA ALIMENTAR E PROTECÇÃO DE  
BENS E SERVIÇOS ESSENCIAIS”**

**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI,  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DO  
DEBATE DE ALTO NÍVEL DA PRESIDÊNCIA ROTATIVA MENSAL DA  
CONFEDERAÇÃO SUÍÇA NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES  
UNIDAS**

**NOVA IORQUE, 23 DE MAIO DE 2023**

**Senhor Alain Berset, Presidente da Confederação Suíça e Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas;**

**Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas;**

**Senhores Chefes de Estado e de Governo;**

**Senhor Presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha;**

**Senhores Representantes das Missões Permanentes;**

**Excelências;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Começo a minha intervenção, felicitando o meu caro amigo, Sua Excelência **Alain Berset, Presidente da Confederação Suíça**, pela presidência do órgão neste mês de Maio. O tema sugerido para o debate de hoje, isto é, *“protecção de civis em situações de conflito, com enfoque na segurança alimentar e nos serviços essenciais* é de extrema importância na promoção da paz e segurança internacionais.

A sensibilidade trazida pela Confederação Suíça sobre esta matéria, toca os corações de muitos povos, incluindo o moçambicano que, neste preciso momento, a sua maioria, vive esta realidade.

A garantia da segurança, o respeito pelos direitos humanos e dignidade humana são a base do Direito Internacional Humanitário, arraigado na Convenção de Genebra de 1949, nos seus Protocolos Adicionais e na Carta Universal dos Direitos Humanos.

Este pressuposto que constitui o nosso compromisso, voltamos a reafirmar isto, ontem, em Genebra, durante o encontro que mantivemos com o Alto Comissário das Nações Unidas para os direitos humanos, senhor **Volker Turk**.

Saudamos a Confederação Suíça pelo seu papel histórico no estabelecimento de um quadro legal e institucional de referência internacional no aliviar do sofrimento humano em situações de conflitos e outras crises humanitárias, especialmente, através do movimento da Cruz Vermelha Internacional.

Em Moçambique, a Cruz Vermelha está presente e é uma das mais importantes organizações de assistência humanitária em diferentes tipos de crises que, na sua actuação, observa com rigor os princípios do humanismo e imparcialidade.

### **Excelências!**

A luta justa pela independência nacional de Moçambique; A guerra de agressão e desestabilização movida pelos então regimes racistas da Rhodesia e do Apartheid, que ceifou mais de um milhão de vidas humanas e cerca de cinco milhões de refugiados e deslocados;

As subsequentes, tensões político-militares registadas que, por si, produziram civis indefesos, ciclones e secas cíclicas, sempre exigiram a protecção de civis com enfoque no que diz respeito à segurança alimentar e protecção de bens e serviços essenciais.

Nesses momentos difíceis vividos pelos moçambicanos vítimas de violência resultante de conflitos, a segurança alimentar de sobrevivência foi sendo garantida, através do engajamento das próprias populações na produção feita em condições extremamente desafiantes.

Em Março passado, aquando da nossa presidência do Conselho de Segurança, tivemos a ocasião de abordar, com detalhe, o processo de diálogo para a paz cuja fase conclusiva do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, poderá ter o seu desfecho no próximo mês de Junho, com o encerramento da última base da Renamo. Por isso, enaltecemos a Renamo e a sua liderança. Por isso, a nossa intervenção, hoje, será focalizada nos esforços de Moçambique na protecção de civis, tendo em vista garantir a segurança alimentar e a provisão dos serviços essenciais, no contexto do combate contra o terrorismo.

### **Excelências!**

Desde Outubro de 2017 que grupos terroristas protagonizam ataques armados na província de Cabo Delgado e já causaram mais de duas mil mortes de civis, vários feridos e traumas psicológicos, separação de famílias, raptos e violência contra mulheres e crianças.

Tal como em outras latitudes geográficas de África e do Mundo, em Moçambique, os terroristas actuam à margem dos princípios do Direito Internacional Humanitário sem respeito à vida e dignidade humana.

No seu *modus operandi*, os terroristas procuram infligir o maior sofrimento possível às suas vítimas, como forma de ampliar o terror e o medo no seio das populações.

Para além de forçar a deslocação massiva de pessoas, os grupos terroristas instalam-se em áreas de maior produção agrícola e pesqueira, privando as populações do acesso aos recursos indispensáveis colocando em risco a segurança alimentar das populações.

Por essa razão, a maior preocupação do nosso Governo e das nossas Forças de Defesa e Segurança tem sido a protecção da vida e dignidade dos civis, incluindo no enquadramento social de terroristas capturados ou que desertam das suas fileiras.

Neste momento, estima-se que, desse total, cerca de trezentas mil pessoas já retornaram para as suas zonas, graças à melhoria da situação de segurança nos últimos meses.

No mês de Fevereiro, o **Presidente Alain Berset** visitou Moçambique e teve a oportunidade de se deslocar ao Distrito de Mueda, onde funciona o comando que combate o terrorismo.

Na província de Cabo Delgado, o **Presidente Alain Berset**, no seu interesse de defender a dignidade de civis em tempo de conflitos, testemunhou, *in loco*, os nossos esforços na protecção de civis e provisão de serviços essenciais.

Dialogou com as populações deslocadas, integradas em programas de reabilitação psico-social e empoderamento, maioritariamente de mulheres.

Os moçambicanos agradecem pelo encorajamento e solidariedade que manifestou durante a sua estadia junto dos civis.

As acções de protecção de civis no meu país são objecto de debate aberto, partilhado e de concertação, através duma Comissão multi-sectorial que integra elementos do Governo e de agências do sistema das Nações Unidas. São elas: a Organização Mundial das Migrações, o Programa Mundial de Alimentação, o Alto Comissariado para os Direitos Humanos, bem como pela Cruz Vermelha e ONGs nacionais e estrangeiras.

As Forças de Defesa e Segurança moçambicanas, por sua vez e as de outros países que nos apoiam no combate ao terrorismo, nomeadamente, o Ruanda e a SADC, têm priorizado a

protecção e o convívio com as populações civis, através de participação conjunta em actividades produtivas e de reconstrução, doações, actividades culturais, desportivas, entre outras e através de observância das regras do Direito Internacional Humanitário.

Neste processo, para além do combate armado aos actos terroristas, adoptámos em simultâneo uma abordagem multidimensional, tomando em conta várias dimensões fundamentais na protecção resiliente de civis em situações de conflito, nomeadamente:

- (i) Programas de desenvolvimento socio-económico nas comunidades incidindo mais para as camadas juvenis, bem como esforços de cooperação internacional;
- (ii) Programas de assistência humanitária; e
- (iii) Capacitação das Forças de Defesa e Segurança para a sustentabilidade da defesa às populações e de integridade nacional;

Assim, criámos, na província de Cabo Delgado, mais de 50 centros de reassentamento para acolher os civis deslocados sem possibilidade de serem acolhidos em casas de familiares.

À chegada ao centro de reassentamento, os recém-chegados passam por um processo de triagem para avaliar a situação de saúde de cada um e permitir assistência adequada conforme as necessidades.

Com vista a mitigar a insegurança alimentar, o desafio que colocamos a nós mesmos, como Governo e como país, para além de reactivar a agricultura, estamos a implementar um programa de reconstrução das infra-estruturas destruídas e vandalizadas pelos terroristas em Cabo Delgado e a reposição de serviços públicos essenciais como os centros de saúde, escolas, sistemas de abastecimento de água, de comunicações, de energia, entre outros.

Com efeito, temos estado a disponibilizar insumos para a produção agrícola ou pesqueira para garantir a auto-suficiência alimentar e geração de suas próprias rendas. Por conseguinte, gostaríamos de apelar o apoio internacional de todos, dada a dimensão das destruições impostas e o sofrimento actualmente vivido pelas populações civis afectadas na região norte de Cabo Delgado.

**Senhor Presidente;**

**Senhor Secretário Geral;**

**Excelências!**

Enquanto Membro Não Permanente do Conselho de Segurança, Moçambique reafirma o compromisso de continuar a dar o seu contributo no reforço da paz e segurança internacionais.

Apelamos ao Conselho de Segurança para que prossiga com os esforços no sentido de alcançar a cessação de hostilidades em todos conflitos que, no mundo, continuam a ceifar vidas humanas, colocando milhares de civis inocentes na situação perpétua de vulnerabilidade extrema.

**Ninguém ganhará razão, se não poder evitar perdas de vidas humanas.**

O Mandato de Moçambique neste órgão assenta no nexo entre a paz e o clima. Por isso, exortamos a todos os Estados para direccionar os recursos científicos, tecnológicos, humanos e financeiros ao combate a todo o tipo de ameaças que afectam as populações, tais como as guerras provocadas pelos homens, as pandemias, a fome e o impacto devastador dos desastres naturais, decorrentes das mudanças climáticas.

Concluo, saudando, mais uma vez, a Confederação Suíça e, em especial, **o Presidente Alain Berset**, por esta oportunidade de partilha de experiências sobre um tema de profundo alcance que é a protecção de civis em situação de conflito, com enfoque na segurança alimentar e serviços essenciais.

Muito obrigado pela atenção dispensada.